

Iniciativa da reitoria da USP é golpe contra isonomia e direitos. Mobilização será fundamental!

Às vésperas da data-base nas universidades estaduais paulistas, a reitoria da USP anuncia a criação de uma nova gratificação, exclusiva para a categoria docente. Trata-se da Gratificação por Atividades Complementares Estratégicas (GACE), com parcelas fixas e não reajustáveis de R\$ 4.500,00 mensais, pelo prazo de até 24 meses e não incorporáveis aos salários.

Segundo o texto da resolução aprovada na sessão do Conselho Universitário em 31/3/2026, destina-se a docentes em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), sob a justificativa de atender “à necessidade de valorização das atividades e da carreira de servidores docentes da USP”.

Ficam de fora da medida cerca de 20% dos docentes da ativa, todos/as os/as servidores técnico-administrativos/as ativos e aposentados, todos os docentes aposentados.

A estimativa da Coordenadoria de Administração Geral (Codage) da USP é que a gratificação gere um custo de R\$ 238,44 milhões por ano, despesa que deverá ser custeada por “recursos de receita própria corrente”.

O anúncio da medida, feito pouco mais de dois meses após a posse do novo reitor e uma semana antes da sessão do CO, pegou a comunidade de surpresa. O envio para votação, a toque de caixa, foi questionado imediatamente pelas entidades representativas de servidores docentes e técnico-administrativos, respectivamente Adusp e Sintusp, que solicitaram a retirada de pauta e a abertura do debate nas unidades e instâncias colegiadas. Não foram atendidas. A minuta, tal qual apresentada pela reitoria, foi aprovada pelo CO com 93 votos favoráveis, 8 contrários e 6 abstenções. Os números são mais uma amostra da enorme desigualdade representativa que prevalece nos colegiados da USP, de longe a mais antidemocrática das três universidades quando o assunto é a sub-representação de servidores técnico-administrativos e estudantes.

Em nota à categoria, a Adusp pontuou que, “à primeira vista, bônus e gratificações podem parecer positivos — especialmente em um contexto de arrocho salarial e sobrecarga de trabalho”, e que nos últimos anos essas políticas vêm sendo apresentadas como forma de “valorização” da carreira.



Ato dos servidores técnico-administrativos da USP em 31/3, em frente à reitoria (Gentileza: Sintusp)

No entanto, ressalta o texto, “não substituem aquilo que de fato garante direitos em curto, médio e longo prazo: o salário. Além disso, costumam surgir em momentos em que a universidade acumulou recursos, muitas vezes às custas de anos de contenção salarial. Em vez de recompor salários de forma estruturante, opta-se por distribuir valores pontuais, sem enfrentar o problema de fundo.”

Para o Sintusp, a proposta é indecente e sinaliza quebra de isonomia. Após ato e paralisação no dia do CO, aprovados em assembleia realizada na véspera, em formato híbrido, com a presença de cerca de 600 pessoas, o Sintusp está convocando reuniões nas unidades e nova assembleia geral no dia 9/4, com indicativo de greve. Na pauta, estão: defesa da isonomia, negociações efetivas na campanha salarial unificada, reposição das perdas salariais desde maio/2012, atendimento às reivindicações da permanência estudantil.

Para o Fórum das Seis, a iniciativa da reitoria da USP é um golpe contra a isonomia não só entre as duas categorias da instituição, mas contra os três segmentos das três universidades. Se não ilegal, a medida é, pelo menos, antiética, pois desconsidera as consequências deletérias para o sistema de ensino superior paulista ao impor uma discriminação remuneratória, mesmo que temporariamente, aos docentes das outras duas universidades públicas paulistas. Aparente-

mente adotada à revelia de qualquer discussão com a Unesp e a Unicamp, desqualifica o Cruesp como instância responsável por baixar “normas adicionais fixando os critérios de execução orçamentária das Universidades do Estado de São Paulo, incluindo os relativos à política salarial de seu pessoal docente, técnico e administrativo”, conforme o artigo 3º do Decreto nº 29.598, de 2 de fevereiro de 1989, que dispõe sobre providências visando a autonomia universitária.

Certamente, a decisão da USP cria constrangimentos para as reitorias das outras universidades no âmbito do Cruesp. A discussão sobre salário e/ou remunerações dos servidores/as docentes e técnico-administrativos/as é um assunto que deve ser tratado pelo Cruesp, em permanente diálogo com o Fórum das Seis, a partir de um cenário do qual fazem parte constitutiva e essencial a Unesp, a Unicamp e a USP. Fora disso, caracteriza-se como ação irresponsável com a coisa pública e profundamente desrespeitosa para com o imenso patrimônio material e imaterial do estado de São Paulo representado pelas suas três universidades.

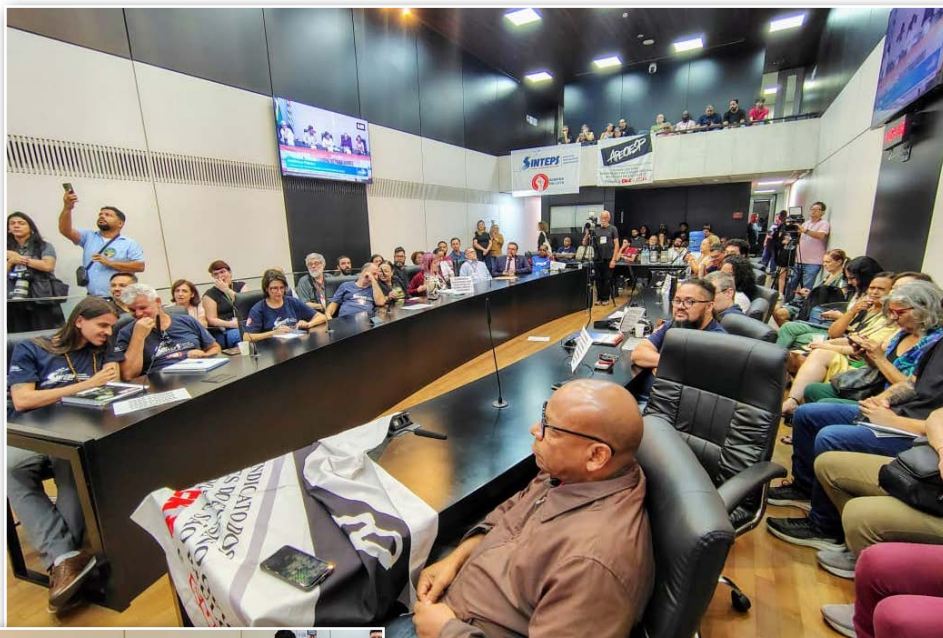
Esta conjuntura torna a mobilização elemento essencial na campanha salarial deste ano. Se queremos negociações sérias sobre reajuste salarial, reposição de perdas, melhores condições de trabalho e estudo, permanência estudantil e outras reivindicações, teremos que ir à luta!

ETECs e FATECs em luta por carreira e reajuste: Audiência pública em 17/3 lotou auditório da Alesp

O Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza (Sinteps), que integra o Fórum das Seis, organizou um dia de greve em 17 de março, que movimentou escolas técnicas (ETECs) e faculdades de tecnologia (FATECs) em todo o estado. Na Grande SP, o ponto alto foi uma audiência pública Assembleia Legislativa, promovida pelo mandato da deputada Professora Bebel (PT-SP), que integra a Comissão de Educação da Alesp. A atividade colocou em evidência as principais reivindicações da categoria, como o reajuste salarial e a revisão da carreira.

O auditório José Bonifácio ficou repleto de trabalhadores do Centro e representantes de outras entidades parceiras. “Essa não é uma proposta de carreira, e sim de reforma administrativa”, disse Fernando Salvador, presidente do Sinteps, em referência ao projeto que tramita nas secretarias de governo e pode ser enviado em breve à Alesp para votação. Entre os pontos críticos, citou a remuneração por subsídio, que extingue direitos históricos, como quinquênios e sexta-parte, e inviabiliza a perspectiva de crescimento na carreira. Também criticou a ausência da jornada docente para os professores, com base em ensino, pesquisa e extensão. Quando o projeto chegar na Alesp, o Sinteps vai apresentar emendas com os pontos defendidos pela entidade e conchamar a categoria a lutar por elas.

A mesa da audiência contou com



A audiência pública na Alesp, em 17/3



a presença do coordenador do Fórum das Seis, professor João Chaves, que manifestou apoio à luta por uma carreira digna para os trabalhadores do Centro e criticou o governo Tarcísio: “Esse é um governo

privatista, que precariza salários e carreiras, para depois argumentar que o serviço público não funciona e precisa ser entregue à iniciativa privada. Contem com nosso apoio nesta luta”.